

CÂMARA MUNICIPAL

Odielas

Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Ano XVIII - N.º I / 2017

10 de janeiro de 2017



FICHA TÉCNICA:

Diretor: Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,
Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins

Propriedade e Edição: Câmara Municipal de Odivelas, Rua Guilherme Gomes Fernandes,
Quinta da Memória, 2675-367 Odivelas

Coordenação, Layout e Paginação: Câmara Municipal de Odivelas
Área do Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Periodicidade: Quinzenal

Data de publicação: 10 de janeiro de 2017

Tiragem: 20 Exemplares

N.º de Depósito Legal: 263350/07

Distribuição Gratuita

Fotos de capa: 1 – António Diogo, 2 – Sara Pinto, 3 – Sara Pinto, 4 – António Diogo, 5 – Morgana Rodrigues,
6 – Vera Esteves, 7 – Vera Esteves, 8 – António Diogo, 9 – Sara Pinto, 10 – Sara Pinto.

Correspondência relativa ao Odivelas Boletim Municipal das Deliberações e Decisões,
deve ser dirigida a:

Câmara Municipal de Odivelas,
Avenida Amália Rodrigues, N.º 27, Piso 0 - Urbanização da Ribeirada - 2675-432 Odivelas

Telefone: 21 932 09 00 - Fax: 21 934 43 06

Disponível on-line através do site oficial da Câmara Municipal de Odivelas: www.cm-odivelas.pt/

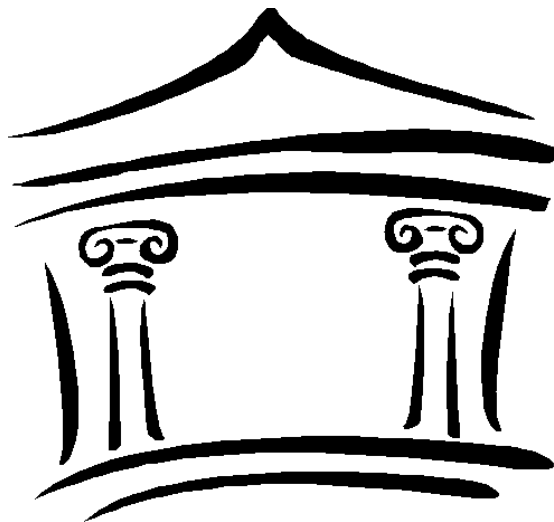


ÍNDICE

	Página
CÂMARA MUNICIPAL	
25.ª REUNIÃO ORDINÁRIA realizada em 28 de Dezembro de 2016	
Atas	7
Regulamento Interno para Atribuição e Utilização de Telemóveis do Município de Odivelas	7
Cedência, em Direito de Superfície, constituída a favor do Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol	7
Nova versão do Acordo Parassocial da ADTA - Águas do Vale do Tejo, S.A.	8
Devolução de verbas a clientes dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas - SIMAR	8
Protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Odivelas e a Valormed Sociedade Gestora de Resíduos de Embalagens e Medicamentos, Lda.	8
Desvinculação do Município de Odivelas enquanto associado da Agência Regional de Energia e Ambiente do Oeste - OesteSustentável	10
Cedência de viatura municipal ao Movimento Odivelas no Coração	10
Cedência de viatura municipal à 75.ª Esquadra da Polícia de Segurança Pública (PSP) de Caneças	10
Aceitação da doação por parte da Junta da União das Freguesias de Pontinha e Famões a favor do Município de Odivelas	10
Doação ao Município de Odivelas de uma Pintura	10
Delimitação da Unidade de Execução do Núcleo Antigo de Caneças	11
Termos de referência da Unidade de Execução Núcleo Antigo de Caneças	11
Relatório de ponderação da Discussão Pública da proposta de Delimitação da Unidade de Execução (UE) do Núcleo Antigo de Caneças	13
Receção definitiva das obras de urbanização e libertação de caução do alvará de loteamento n.º 04/2010	13
Alteração ao alvará de loteamento n.º 7/91	13
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 184 e 184A, do Bairro Sol Nascente, na União das Freguesias de Pontinha e Famões	14
UNIDADES ORGÂNICAS	
Despachos	14
Decisões com Eficácia Externa	17
ANEXO	
Regulamento Interno para Atribuição e Utilização de Telemóveis do Município de Odivelas	19



CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS





CÂMARA MUNICIPAL

25.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Realizada em 28 de dezembro de 2016

DELIBERAÇÕES

ATAS

ATA DA 22.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2014 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 22.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 20 de novembro de 2014.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 20 de novembro de 2014)

ATA DA 14.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2016 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 14.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 13 de julho de 2016.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 13 de julho de 2016)

ATA DA 15.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2016 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 15.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 27 de julho de 2016.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 27 de julho de 2016)

REGULAMENTO INTERNO

REGULAMENTO INTERNO PARA ATRIBUIÇÃO E UTILIZAÇÃO DE TELEMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS

Regulamento Interno para Atribuição e Utilização de Telemóveis do Município de Odivelas, e a revogação das “Normas de Utilização de Telemóveis”, aprovadas na 12.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, de 18 de junho de 2003, com as alterações introduzidas na 14.ª reunião ordinária de Câmara, de 16 de julho de 2003, e com a redução de plafonds, na sequência da aprovação do Plano Municipal de Contenção Financeira na 5.ª reunião extraordinária de Câmara, de 23 de junho de 2010, de acordo o proposto na informação n.º Interno/2016/12389, de 2016.12.20. *(As deliberações das reuniões atrás mencionadas foram publicadas, respetivamente, nos Boletins Municipais das Deliberações e Decisões n.º 12/2003, de 1 de julho, pág. 14, n.º 14/2003, de 29 de julho, pág. 14 e n.º 12/2010, de 29 de junho, pág. 15).*

No decorrer da discussão deste ponto na presente reunião foi ainda proposto efetuar uma alteração no Regulamento em apreço, ao seu anexo I, intitulado “Plafonds”, no qual, onde se lê “Técnicos Projeto EPIS”, dever-se-á passar a ler-se “Técnicos Projeto SEII”.

[Publica-se em anexo no final do presente Boletim o “Regulamento Interno para Atribuição e Utilização de Telemóveis do Município de Odivelas”.]

(Aprovado por unanimidade)

CEDÊNCIA EM DIREITO DE SUPERFÍCIE

PARCELAS DE TERRENO SITAS NA AV. MIGUEL TORGA, QUINTA DO PORTO PINHEIRO, ODIVELAS

Proposta de Cedência, em Direito de Superfície, constituída a favor do Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol, por um prazo de 30 anos, a contar da data de assinatura da presente escritura, das seguintes parcelas A e B sitas na Av. Miguel Torga, Lotes A e B, Quinta do Porto Pinheiro, em Odivelas, de acordo com a Proposta n.º 19/PRES/2016, datada de 2016/12/21 e nos termos da minuta da referida escritura de cedência em direito de superfície, anexa à proposta atrás mencionada:

“a) Parcela A (campo 1 + campo 3), sita na Av. Miguel Torga, Lote A, Quinta do Porto Pinheiro, em Odivelas, com a área de 17.500 m² (dezassete mil e quinhentos metros quadrados), que confronta a Norte com a Parcela EV, a Sul com Parcela C e D, a Nascente com Pavilhão



Multiusos de Odivelas e a Poente com Parcela EV, descrita na Conservatória do Registo Predial de Odivelas, sob a ficha número 6500/20160725, da Freguesia de Odivelas, inscrita a seu favor pela apresentação número 873, de 25 de julho de 2016, e inscrita na matriz predial urbana sob o artigo P12901 da referida Freguesia, cujo valor patrimonial é de € 1.050.000,00 (um milhão e cinquenta mil euros);

b) Parcela B (campo 2 + edifício dos Balneários), sita na Av. Miguel Torga, Lote B, Quinta do Porto Pinheiro, em Odivelas, com a área de 9.000 m² (nove mil metros quadrados), que confronta a Norte com domínio público, a Sul com domínio público, a Nascente com domínio público e a Poente com domínio público, descrita na Conservatória do Registo Predial de Odivelas, sob a ficha número 6501/20160725, da Freguesia de Odivelas, inscrita a seu favor pela apresentação número 873, de 25 de julho de 2016, e inscrita na matriz predial urbana sob o artigo P12902 da referida Freguesia, cujo valor patrimonial é de € 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil euros)”.
(Excerto retirado da Escritura de Cedência em Direito de Superfície)

Este assunto carece de deliberação em Assembleia Municipal

(Aprovado por maioria)

SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DA GRANDE LISBOA E OESTE NOVO ACORDO PARASSOCIAL

Na sequência da adesão do Município de Odivelas ao Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais da Grande Lisboa e Oeste, foi deliberado favoravelmente o Acordo Parassocial que será celebrado entre todos os acionistas da Águas do Tejo Atlântico, S.A. que visa regular algumas matérias relativas à sociedade, na 22ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia 16 de novembro de 2016 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 23 de 2016*, página 10) e na 18ª sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Odivelas, realizada a 29 de novembro de 2016 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 24 de 2016*, página 36). Na sequência dos contributos recebidos dos Municípios aderentes, foi remetida pelo Gabinete do Sr. Ministro do Ambiente por ofício à Câmara Municipal de Odivelas, Nova versão do Acordo Parassocial da ADTA – Águas do Vale do Tejo, S.A..

Nova versão do Acordo Parassocial da ADTA – Águas do Vale do Tejo, S.A., de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/12420, de 2016.12.21, conforme minuta de acordo anexa à informação referida.

Este assunto carece de deliberação em Assembleia Municipal.

(Aprovado por unanimidade)

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

VALOR DE REABERTURA DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA APÓS CORTE COM APLICAÇÃO DE RESTRITOR NO ANO DE 2016 RESTITUIÇÃO DE VALORES A CLIENTES DOS SIMAR

Na sequência do deliberado pelo Conselho de Administração dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas (SIMAR), em 30 de novembro de 2016, na sua 54ª reunião ordinária, foi remetido à Câmara Municipal de Odivelas, a Proposta 444/2016, através do ofício S/26331/2016 de 2016.12.02, referente à decisão de devolução de verbas a clientes dos SIMAR, cobradas a mais no âmbito da experiência da aplicação do Restritor de Caudal. De acordo com o constante na informação n.º Interno/2016/12346, de 2016.12.21, é proposto aprovar a definição do valor de 18,00€ + IVA para reabertura do abastecimento após corte com aplicação de restritor no ano de 2016 e para restituição da diferença do valor cobrado pelos SIMAR aos clientes que pagaram o valor de 48,00€ + IVA.

(Aprovado por unanimidade)

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ODIVELAS E A VALORMED SOCIEDADE GESTORA DE RESÍDUOS DE EMBALAGENS E MEDICAMENTOS, LDA.

Protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Odivelas e a Valormed Sociedade Gestora de Resíduos de Embalagens e Medicamentos, Lda., no âmbito do programa de sensibilização e informação sobre gestão de resíduos e embalagens de medicamentos, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/9599, de 2016.11.23, conforme minuta de protocolo anexa à informação.

“PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

ENTRE:

VALORMED – Sociedade Gestora de Resíduos de Embalagens e Medicamentos, Lda. com sede na Av. da Túlipas, Edifício Miraflores, n.º 6, 15º D, pessoa colectiva n.º 504 537 466, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais, neste acto representada por Luís Figueiredo, na qualidade de Director Geral, doravante designada por “Primeiro Outorgante”;



E

Município de Odivelas, com sede na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, pessoa coletiva n.º 504 293 125, representado neste ato pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Martins, a partir de agora designado por “Segundo Outorgante”,

Considerando que se pretende alcançar, entre outros, os seguintes objectivos:

- a) Minimizar o impacto (peso, volume, perigosidade) dos resíduos e embalagens de medicamentos, quer na saúde pública, quer no ambiente;
- b) Eliminar a descarga nas águas residuais domésticas dos restos de medicamentos não utilizados;
- c) Contribuir para a prossecução dos objectivos nacionais em matéria de política de resíduos, designadamente os objectivos do PERSU II e da legislação sobre resíduos de embalagens;
- d) Contribuir para o estabelecimento de hábitos de segurança, de civismo e de “ambientalismo” por parte dos munícipes e consumidores;
- e) Contribuir para um controlo quantificado e monitorização dos fluxos de resíduos, bem como para o aumento da eficiência dos circuitos de recolha e valorização de resíduos.

Considerando, ainda, que:

a) São desígnios do Município de Odivelas:

- Conciliar o crescimento sustentável com a adequada preservação da natureza, de modo a que se desenvolvam as actividades económicas conducentes à satisfação das necessidades e expectativas da população;
 - Fornecer meios adequados de gestão de resíduos garantindo tratamento apropriado por forma a minimizar o seu impacto no meio ambiente;
 - Promover acções de sensibilização inculcando responsabilidade e boas práticas ao cidadão de forma a alcançar a sustentabilidade;
 - Desenvolver, apoiar e participar em projectos técnicos, culturais e de solidariedade incrementando a interligação com instituições e a sociedade.
- b) A VALORMED é uma entidade sem fins lucrativos licenciada para a gestão de resíduos e embalagens de medicamentos;

É celebrado o presente Protocolo que integrando os considerandos precedentes, se regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª
Âmbito e Objectivo

1. O Protocolo diz respeito à colaboração dos Outorgantes para o desenvolvimento de acções de sensibilização ambiental dentro do seu âmbito de actuação.
2. O Protocolo tem como objectivo dar um encaminhamento adequado aos resíduos e embalagens de medicamentos, prevenindo a sua descarga nas águas residuais domésticas, fomentando a sua entrega nas Farmácias, contribuindo, dessa forma, para uma melhor qualidade ambiental das populações.

Cláusula 2ª
Programa de Sensibilização Ambiental
“VALORMED/ODIVELAS”

Para o desenvolvimento de um Programa de Sensibilização Ambiental os Outorgantes comprometem-se:

1. O Primeiro Outorgante:

- a) A patrocinar o desenvolvimento de acções de sensibilização ambiental, tendo como temática de fundo os resíduos e embalagens de medicamentos;
- b) A fornecer todo o material necessário para as acções ambientais acordadas entre as partes;
- c) A divulgar os projectos implementados nas Farmácias existentes nas freguesias do município.

2. O Segundo Outorgante:

- a) Promover o desenvolvimento de acções de sensibilização junto da comunidade educativa do Município, através da sua inclusão no Programa de Educação e Sensibilização Ambiental, como oferta formativa e informativa;
- b) Facilitar a inclusão de informação sobre as vantagens ambientais da entrega nas farmácias dos resíduos e embalagens de medicamentos, junto dos funcionários da autarquia e nos meios de comunicação da autarquia.

Cláusula 3ª
Prestações financeiras

O Protocolo não envolve prestações financeiras entre as Partes.



Cláusula 4ª

Duração e renovação do protocolo

O Protocolo entra em vigor na data da respectiva assinatura e terá a duração de 1 ano, considerando-se automaticamente renovado por igual período, caso nenhuma das partes manifeste a vontade de o fazer cessar. A denúncia do presente protocolo por uma das partes tem de ser comunicada à outra, por carta registada com aviso de receção, com uma antecedência mínima de 30 dias antes do termo do referido protocolo.

Cláusula 5ª

Dúvidas e omissões

As dúvidas e omissões deste Protocolo serão esclarecidas por acordo entre os outorgantes.

Este Protocolo foi elaborado em duplicado, constituído por 3 páginas com o verso em branco, sendo um exemplar para cada uma das Partes.

Algés, de de 2016

Pela Primeira Outorgante,	Pela Segunda Outorgante,
Luís Figueiredo	Hugo Martins
Director Geral	Presidente da Câmara Municipal

(Aprovado por unanimidade)

DESVINCULAÇÃO

DESVINCULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS DE ASSOCIADO DA AGÊNCIA REGIONAL DE ENERGIA E AMBIENTE DO OESTE – OESTESUSTENTÁVEL RATIFICAÇÃO

No âmbito da adesão do Município de Odivelas à Agência Regional de Energia e Ambiente do Oeste – OesteSustentável, em 2013 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 9 de 2013*, página 15), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/11926, de 2016.11.30., é proposto a ratificação do procedimento de desvinculação do Município de Odivelas enquanto associado da Agência Regional de Energia e Ambiente do Oeste – OesteSustentável.

(Aprovado por unanimidade)

SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES

CEDÊNCIA DE VIATURA MUNICIPAL

Cedência de viatura municipal ao Movimento Odivelas no Coração para o transporte de alimentos do Banco Alimentar Contra a Fome, em Lisboa, para as instalações do Movimento, em Odivelas, nas primeiras terças-feiras de cada mês do ano de 2017, com o custo de €213,46 (duzentos e treze euros e quarenta e seis cêntimos), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/12168, de 2016.12.12.

(Aprovado por unanimidade)

CEDÊNCIA DE VIATURA MUNICIPAL

Ratificação da autorização de cedência de viatura municipal à 75.ª Esquadra da Polícia de Segurança Pública (PSP) de Caneças, para transporte de tampinhas para o Aterro Sanitário Intermunicipal de Vila Ruiva, no Concelho de Cuba, dia 20 de Dezembro de 2016, no âmbito de uma campanha solidária de recolha de tampinhas realizada pela PSP, com um custo de €188,42 (cento e oitenta e oito euros e quarenta e dois cêntimos), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/12047, de 2016.12.06.

(Aprovado por unanimidade)

DOAÇÃO A FAVOR DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS

Aceitação da doação da Junta da União das Freguesias de Pontinha e Famões a favor do Município de Odivelas, que consiste em seis paragens/abrigos de transportes públicos, sitas na Rua Cidade de Silves, Alameda da Silva Porto, Alameda da Fonte Luminosa e Rua Afonso Lopes Vieira, sem quaisquer contrapartidas de carácter pecuniário, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/12071, de 2016.12.07.

(Aprovado por unanimidade)

DOAÇÃO A FAVOR DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS

Aceitação de doação de Ivo Santos (o artista “Smile”), a favor do Município de Odivelas, de uma obra sua, com as dimensões de 100 x 80 cm, no valor total de €500,00 (quinhentos euros), a fim de a mesma pertencer ao acervo Municipal do Centro de Exposições de Odivelas, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/12125, de 2016.12.09.

(Aprovado por unanimidade)



PROCESSOS PARTICULARES

DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO DO NÚCLEO ANTIGO DE CANEÇAS

Delimitação da Unidade de Execução do Núcleo Antigo de Caneças. Na sequência da aprovação pela Câmara Municipal, na reunião de 24/agosto/2016, e em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 148.º do Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), decorreu entre 30/setembro e 28/outubro, o período de discussão pública da proposta de delimitação da Unidade de Execução do Núcleo Antigo de Caneças e dos respetivos Termos de Referência, conforme publicação em Diário da República N.º 183, 2.ª Série, Aviso N.º 11622/2016, de 2/setembro. Em sede de discussão pública, não se registou qualquer tipo de contributo, nomeadamente sugestão, observação, reclamação, pedido de esclarecimentos ou outro, conforme Relatório de Ponderação, anexo a folhas 169 a 183 do processo n.º 113/DPUPE/SPDM. Assim, não existindo lugar à ponderação por ausência de participações, mantém-se os Termos de Referência e as Peças Desenhadas, caracterizadoras da proposta da Unidade de Execução do Núcleo Antigo de Caneças, de acordo com o proposto na informação n.º 027/DPUPE/FL/2016, de 06.12.2016.

“1. Introdução

O presente estudo enquadra e define a oportunidade de elaboração de uma Unidade de Execução (UE) do Núcleo Antigo de Caneças, de acordo e para os efeitos do previsto no n.º 2 do artigo n.º 147 do Decreto-Lei N.º 80/2015, de 14/maio, com a atual redação, o Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT). A UE proposta integra a área da UOPG 10 - Vila de Caneças, estabelecida no Plano Diretor Municipal de Odivelas, aprovado na Assembleia Municipal de Odivelas, na sessão de 29/junho/2015 e publicado em Diário da República N.º 171, 2.ª Série, de 02/setembro/2015, relativamente à qual são aqui definidos os respetivos termos de referência.

Esta delimitação consigna, assim, um conjunto de projetos e ações que determinarão a valorização da identidade histórica do Concelho, através da salvaguarda, promoção, valorização e reabilitação de um dos mais emblemáticos Núcleos Antigos municipais, dotando tanto a Vila de Caneças como o Município de mais uma área de carácter estratégico e estruturante para o desenvolvimento e valorização turística de Odivelas.

2. Localização e características da Área de Intervenção

A Área de Intervenção da Unidade de Execução do Núcleo Antigo de Caneças corresponde à delimitação

SubUOPG 08 definida na Planta de Gestão da UOPG 10 - Vila de Caneças, conforme estudo antecedente desenvolvido e respetivo esquema diretor.

A Unidade de Execução do Núcleo Antigo de Caneças abrange uma área de aproximadamente 6,80ha (67905,66m²), localizada na zona central da Vila de Caneças, pertencente à União das Freguesias de Ramada e Caneças, com as seguintes confrontações:

- A NASCENTE: Rua da República e Ruas das Ribeiras,
- A SUL: Rua Coronel João Braz de Oliveira, Rua das Pedras Alta, Rua Bairro Novo, Rua Bombeiros Voluntários, Rua Padre Abel e Rua da Enfermagem Portuguesa;
- A POENTE: Rua General Sousa Reis, Rua Major Rosa Bastos, Rua da Olivença,
- Rua das Pedras Altas e Praceta Elvira dos Santos Paisana;
- A NORTE: Rua das Fontainhas, Rua Fonte dos Castanheiros e Travessa da República. (...)” (*Unidade de Execução - Termos Referência – NÚCLEO ANTIGO CANEÇAS – Maio 2016*)

(Aprovado por maioria)

UNIDADE DE EXECUÇÃO DO NÚCLEO ANTIGO DE CANEÇAS TERMOS DE REFERÊNCIA

Termos de referência da Unidade de Execução Núcleo Antigo de Caneças. Na sequência da aprovação pela Câmara Municipal, na reunião de 24/agosto/2016, e em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 148.º do Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), decorreu entre 30/setembro e 28/outubro, o período de discussão pública da proposta de delimitação da Unidade de Execução do Núcleo Antigo de Caneças e dos respetivos Termos de Referência, conforme publicação em Diário da República N.º 183, 2.ª Série, Aviso N.º 11622/2016, de 2/setembro. Em sede de discussão pública, não se registou qualquer tipo de contributo, nomeadamente sugestão, observação, reclamação, pedido de esclarecimentos ou outro, conforme Relatório de Ponderação, anexo a folhas 169 a 183 do processo n.º 113/DPUPE/SPDM. Assim, não existindo lugar à ponderação por ausência de participações, mantém-se os Termos de Referência e as Peças Desenhadas, caracterizadoras da proposta da Unidade de Execução do Núcleo Antigo de Caneças, de acordo com o proposto na informação n.º 027/DPUPE/FL/2016, de 06.12.2016.

“(…)

A presente UE integra o vetor de desenvolvimento Turístico-Ecológico presente na Zona B do Esquema Diretor que inclui os seguintes objetivos:



- Turismo em ambiente criativo e contexto de inovação explorando a identidade local (aproveitando a mais valia natural e patrimonial);
- Desenvolver a Marca da Vila de Caneças como o ex-líbris da água e do cinema;
- Implementação de uma rede de restauração diversificada, com vista à criação de uma marca própria ligada à temática da Vila em articulação com empresas de formação e empregabilidade no ramo hoteleiro;
- Criação de mais-valia ao nível do terciário, procurando a implementação lojas e ou serviços que angariem na modernidade uma forte premissa com os valores patrimoniais e sobretudo sejam motivadoras de grande atratividade;
- Implementação da Rota da Água em articulação com um sistema de vias pedonais e ciclovias;
- Implementar mobilidade sustentável no Núcleo Antigo;
- Adaptação da rede viária local à de Hierarquia Superior;
- Criação de bolsas de estacionamento envolvente ao Núcleo Antigo;
- Colmatação de malha urbana em harmonia com o Núcleo Antigo e com as restantes áreas patrimoniais em presença;
- Criação de transporte turístico no interior da vila;
- Implementação de medidas valorizadoras do meio ambiente constantes do Plano de Ação do MER;
- Termos de referência dos IGT a implementar;
- Desenvolvimento do Plano de Pormenor do Núcleo Antigo.

Em síntese, a área objeto da Unidade de Execução será desenvolvida tomando como base as opções estratégicas da intervenção, as potencialidades de reconversão urbanística e os objetivos programáticos expressos nestes Termos de Referência.

4. Objetivos da Unidade de Execução

A prossecução desta UE encontra uma oportunidade de elaboração nos seguintes fundamentos:

- Valorização de uma referência identitária da Vila e do Município;
- Enquadramento paisagístico de eleição e valorização dos sistemas de vistas existentes;

- Tornar os conjuntos urbanos perceptíveis e atrativos pela sua originalidade;
- Apostar em espaços rústicos abertos e de maior escala, caso da área florestal de Caneças como valores paisagísticos de interesse concelhio, desenvolvendo ponderadamente as suas potencialidades para uso público de recreio e lazer em espaço livre;
- Desenvolvimento de parcerias nos domínios culturais e do lazer;
- Salvaguarda e Valorização do principal património cultural construído, com interesse Nacional, Municipal e Inventariado a Salvar;
- Reabilitação urbana da área consolidada, carenciada de requalificação do tecido edificado;
- Modernizar e Revitalizar as atividades económicas instaladas através, e a indução de novas atividades criativas em articulação com uma atitude de estratégia supramunicipal;
- Apostar na revitalização da gastronomia apoiada no desenvolvimento da restauração e na recolha dos seus valores tradicionais poderá determinar uma profunda extrapolação intermunicipal;
- Apostar na formação e participação dos atores locais (comerciantes, associações, artesão, população em geral.
- Requalificação do espaço público com potencialidade de excelência, valorização da imagem urbana e das condições de mobilidade.
- Apostar num desenho urbano de qualidade (enquadramentos, escalas, pavimentos, etc.), no tipo de arborização e mobiliário urbano, no comércio e nos serviços;
- Apostar na mobilidade sustentável;
- Implementação do percurso pedestre cultural da Rota da Água;
- Motivar formas de relacionamento do Núcleo com as áreas envolventes,
- Franca melhoria na qualidade ambiental e acústica. (...)”
(Unidade de Execução - Termos Referência – NÚCLEO ANTIGO CANEÇAS – Maio 2016)

(Aprovado por maioria)



**UNIDADE DE EXECUÇÃO DO NÚCLEO ANTIGO DE CANEÇAS
RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA**

Relatório de ponderação da Discussão Pública da proposta de Delimitação da Unidade de Execução (UE) do Núcleo Antigo de Caneças. Na sequência da aprovação pela Câmara Municipal, na reunião de 24/agosto/2016, e em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 148.º do Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), decorreu entre 30/setembro e 28/outubro, o período de discussão pública da proposta de delimitação da Unidade de Execução do Núcleo Antigo de Caneças e dos respetivos Termos de Referência, conforme publicação em Diário da República N.º 183, 2.ª Série, Aviso N.º 11622/2016, de 2/setembro. Em sede de discussão pública, não se registou qualquer tipo de contributo, nomeadamente sugestão, observação, reclamação, pedido de esclarecimentos ou outro, conforme Relatório de Ponderação, anexo a folhas 169 a 183 do processo n.º 113/DPUPE/SPDM. Assim, não existindo lugar à ponderação por ausência de participações, mantém-se os Termos de Referência e as Peças Desenhadas, caraterizadoras da proposta da Unidade de Execução do Núcleo Antigo de Caneças, de acordo com o proposto na informação n.º 027/DPUPE/FL/2016, de 06.12.2016.

“(…) 4. Conclusão

Verifica-se que durante o período de discussão pública não foi solicitado nenhum tipo de esclarecimento relativo à proposta de delimitação da Unidade de Execução do Núcleo Antigo de Caneças, nem apresentado, por nenhuma das vias anteriormente referidas, qualquer tipo de contributo (Sugestão/observação, reclamação, pedido de esclarecimento, outro).

Neste sentido e perante a ausência de participação registada neste processo, não se justifica proceder a qualquer tipo de alteração ou ajuste à presente proposta.

Mantém-se, por conseguinte, os pressupostos que integram a proposta apresentada à Câmara Municipal na 16.ª Reunião Ordinária de 24 de agosto de 2016, convertendo-se a proposta em discussão pública em Proposta Final, a submeter à aprovação do Executivo Municipal. (...)” (Unidade de Execução Núcleo Antigo de Caneças Relatório de Ponderação da Discussão Pública)

(Aprovado por maioria)

**RECEÇÃO DEFINITIVA DAS OBRAS DE
URBANIZAÇÃO E LIBERTAÇÃO DE CAUÇÃO
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS
PROCESSO N.º 7489/LO/GI**

Receção definitiva das obras de urbanização e libertação de caução do alvará de loteamento n.º 04/2010, inserido no Bairro Galo de Pêra, na União das Freguesias de Ramada e Caneças, em nome da Comissão de Administração Conjunta do Bairro Galo de Pêra, nas condições constantes na informação técnica n.º 114/AV/DRRU/ DGOU/16, de 09 de dezembro de 2016 e de acordo com o proposto na informação constante a folhas 1988, de 2016.12.15, nos seguintes termos:

Aprovar a Tela Final constante a folhas 1959, passando esta a constituir-se como Planta Síntese do alvará de Loteamento n.º 4/2010 do Bairro Galo de Pêra;

Receber definitivamente as obras de urbanização, ao abrigo do artigo 87º do Decreto-Lei 555/99 de 16 de dezembro, na sua atual redação;

Homologar o Auto de Vistoria, constante a folhas 1978 verso a 1980;

Libertar a caução no valor de €144.804,27 (cento e quarenta e quatro mil, oitocentos e quatro euros e vinte e sete cêntimos), prestada por hipoteca legal sobre todos os lotes ao abrigo do n.º 5 do artigo 54º do Decreto-Lei 555/99 de 16 de dezembro, na sua atual redação;

Não autorizar a libertação das garantias prestadas por lotes, cujas comparticipações à Comissão de Administração Conjunta estejam em mora, ao abrigo do n.º 6 do artigo 27º da Lei 91/95 de 02 de setembro, na sua atual redação.

(Aprovado por unanimidade)

**ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 7/91
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS
BAIRRO CASAL DOS BONS DIAS, LOTE 5
PROCESSO N.º 28654/OM**

Alteração ao alvará de loteamento n.º 7/91, inserido no Bairro Casal dos Bons Dias, na União das Freguesias de Ramada e Caneças, para o lote 5, em nome de António Simões Baeta. A alteração tem como principal objetivo a viabilização da edificação pré-existente no lote 5, através do ajustamento do instrumento de gestão urbanística, o alvará de loteamento, no que diz respeito ao número de fogos conformando-o com a realidade edificada, nos termos da informação técnica n.º 163/RD/DRRU/ DGOU/16, de 2016.12.19, e de acordo com o proposto na informação constante a folhas 1685 do processo de 2016.12.20, nas seguintes condições:



• Aplicação dos critérios definidos no art.º 99º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização (RMEU) para o dimensionamento das cedências em Área Urbana de Gênese Ilegal (AUGI), podendo ainda a Câmara Municipal prescindir da compensação devida à área de espaços verdes e de utilização coletiva, prevista no n.º 4 do art.º 44.º do Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, na redação atual e no art.º 49º e n.º 2 do art.º 99º do RMEU, de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica respetiva;

• Aceitação do valor €5.409,63 (cinco mil, quatrocentos e nove mil euros e sessenta e três cêntimos), como compensação pela área de cedência para equipamento de utilização coletiva em falta (35,00m²), prevista no n.º 4 do art.º 44.º do Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, na redação atual e no art.º 49º e n.º 2 do art.º 99º do RMEU, de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica respetiva.

(Aprovado por unanimidade)

SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO DE CAUÇÃO UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES BAIRRO SOL NASCENTE, LOTES 184 E 184A

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 184 e 184A, da Rua das Palmeiras, do Bairro Sol Nascente, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, pelo depósito caução n.º 10951, de 2016.11.28, na conta n.º 0035 0686007429650 do Banco Caixa Geral de Depósitos, S.A., em nome de OBRIDANTAS – Construções, Lda., a favor da Câmara Municipal de Odivelas, no valor de € 4,765.99€ (quatro mil, setecentos e sessenta e cinco euros e noventa e nove cêntimos), para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 5/2007, de 27 de dezembro, conforme consta na informação técnica n.º 138/RO/DRRU/DGOU/2016 de 2016.12.05, de acordo com o proposto na informação n.º 89.2016, de 2016.12.06.

(Aprovado por unanimidade)

UNIDADES ORGÂNICAS

DESPACHOS

PRESIDÊNCIA

DESPACHO N.º 58/PRES/2016

Assunto: Constituição do Grupo de Trabalho de Segurança Contra Incêndios em Edifícios Municipais

Considerando:

1. A responsabilidade pela manutenção das condições de segurança contra o risco de incêndio e a implementação das medidas de autoproteção aplicáveis aos edifícios e recintos, conferido pelo Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 224/2015, de 9 de outubro;
2. A responsabilidade pela manutenção das condições de funcionamento dos meios de primeira intervenção (meios de extinção portáteis, móveis e rede de incêndio armada tipo carretel), previstas na Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro;
3. A responsabilidade da CMO na constituição e formação em segurança contra incêndios de equipas internas de segurança;
4. Que, do património municipal fazem ainda parte 40 (quarenta) estabelecimentos de ensino, sendo que a sua grande maioria são Escola Básicas do 1.º Ciclo com Jardins de infância integrados.

Afigura-se necessário, atendendo à especificidade da temática da Segurança Contra Incêndios em Edifícios (SCIE), a criação de um Grupo de Trabalho, tendo em vista a persecução do cumprimento do estipulado pelo Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, que consagra o “Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndios em Edifícios” com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 224/2015, de 9 de outubro e a Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro, “Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndios”, normativos essenciais para garantir a segurança de pessoas e bens.

Ao Grupo de Trabalho compete:



1. O levantamento do edificado municipal;
2. Avaliar as condições técnicas de segurança contra incêndios no edificado municipal;
3. Propor as alterações necessárias às condições externas e internas de segurança contra incêndios no edificado municipal;
4. Solicitar a colaboração a outras unidades orgânicas, não presentes neste grupo de trabalho, sempre que se verifique imprescindível;
5. Promover a elaboração e a implementação das medidas de autoproteção exigidas para cada utilização tipo;
6. Promover a formação em SCIE, a todos os funcionários e/ou colaboradores das entidades exploradoras, ou de formação específica, destinada aos delegados de segurança e outros elementos que lidam com situações de maior risco de incêndio;
7. Promover simulacros para teste das medidas de autoproteção e treino dos ocupantes com vista à criação de rotinas de comportamento e aperfeiçoamento de procedimentos.

Neste contexto, determino que o Grupo de Trabalho para os presentes efeitos seja constituído pelos seguintes elementos:

- Fernando Moraes, que coordena o grupo de trabalho - SMPC
- Verónica Correia - DRHF/SSOHST;
- António Duarte - DOMHT/DIEM;
- Maria Leonor Peixoto - DGEJCA/DE
- Paulo Tavares - SMPC;
- Maria de Lurdes Ferreira - DGEJCA/DE.

Odivelas, 28 de dezembro de 2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

DESPACHO N.º 59/PRES/2016

Assunto: Nomeação dos elementos que constituirão a Estrutura Técnica do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU)

Considerando que ao abrigo do n.º 1 da cláusula 11ª do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), outorgado no passado dia 31.05.2016, há necessidade de nomeação de uma Estrutura Técnica.

Pelo que, determino que os elementos desta Câmara a constituir a referida Estrutura Técnica são:

- Engª Teresa Reis, que coordenará;

- Dr. João Alcobia;

- Dra. Carla Gabriel.

O referido grupo de trabalho poderá solicitar a colaboração de outros técnicos municipais sempre que o considere conveniente.

O Despacho produz efeitos a partir da presente data.

Odivelas, 29 de dezembro de 2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

DESPACHO N.º 01/PRES/2017

Assunto: Constituição do Grupo de Trabalho de Prevenção e Defesa da Floresta

Considerando:

1. A transferência de atribuições para os municípios do continente em matéria de prevenção e defesa da floresta conferidas pela Lei n.º 20/2009 de 12 de maio;
2. A necessidade de apoio à Comissão Municipal de Defesa da Floresta e as obrigações e competências municipais decorrentes do Decreto-lei n.º 17/2009 de 14 de janeiro;
3. Que a Defesa da Floresta Contra Incêndios, enquadrada pelo Decreto-lei n.º 17/2009 de 14 de janeiro, representa uma função muito importante, mesmo num concelho marcadamente urbano, como é o Concelho de Odivelas, tendo em conta os espaços florestais significativos existentes;

Afigura-se necessário, atendendo à complexidade temática da Defesa da Floresta Contra Incêndios, a criação de um Grupo de Trabalho de Prevenção e Defesa da Floresta,



tendo em vista a prossecução dos objetivos de cumprimento do estipulado pelo Decreto-lei n.º 17/2009 de 14 de janeiro e demais legislação em termos de prevenção, proteção e defesa da floresta contra incêndios, bem como de prevenção e proteção de pessoas e bens, ao qual compete:

1. Desenvolver as tarefas de prevenção e defesa da floresta previstas no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, nomeadamente, as que competem à Câmara Municipal, bem como a sua atualização anual através do Plano Operacional Municipal.
2. Acompanhar a execução de faixas de gestão de combustível em terrenos municipais (limpeza de terrenos municipais).
3. Acompanhar e fiscalizar a execução de faixas de gestão de combustível em terrenos privados e notificação de proprietários.
4. Acompanhar as ocorrências (fogos florestais).
5. Coordenar a elaboração de cartografia das áreas ardidas e das faixas de gestão de combustível executadas.
6. Coordenar a elaboração de cartografia temática integrante do Plano Diretor Municipal, do Plano Operacional Municipal e do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.
7. Coordenar o preenchimento da base nacional de dados – Sistema de Gestão de Incêndios Florestais.
8. Proceder à fiscalização e controlo das ações delegadas nas Juntas de Freguesia ao abrigo dos acordos de execução estabelecidos de acordo com a Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro (limpeza da via pública).
9. Proceder à fiscalização no âmbito do quadro regulamentar municipal e do Decreto-lei n.º 17/2009 de 14 de janeiro.
10. Representar a Câmara Municipal de Odivelas na Comissão Distrital de Defesa da Floresta de Lisboa.
11. Solicitar a colaboração de outros serviços, caso o considere necessário.

Assim, para a concretização destes objetivos, determino a constituição de um grupo de trabalho, constituído pelos seguintes técnicos municipais:

- Carla Silva, que coordena o Grupo de Trabalho - DGA/SCCEVJ;
- Anabela Martins - DGA/SHU;
- Fernando Moraes - SMPC;

- Rui Marques - SMPC;
- António Rodrigues - DJFM/SF;
- Anabela Santos - DJFM/SF;
- Diogo Barreiras - DPUPE/SPDMPEE.

Odivelas, 05 de janeiro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

VEREAÇÃO

DESPACHO N.º 01/VEV/2017

Assunto: Nomeação do Dr. Luís Manuel Nascimento Duarte como Instrutor de Processos de Contraordenação

Nos termos do ponto 12 da Parte II do Despacho n.º 107/PRES/2015, de 27 de outubro, nomeio o Sr. Dr. **Luís Manuel Nascimento Duarte** como **Instrutor de Processos de Contraordenação** que corram termos na Divisão Jurídica e de Fiscalização Municipal da Câmara Municipal de Odivelas e que lhe forem atribuídos.

Odivelas, 4 de janeiro de 2017

O Vereador

Por delegação e subdelegação de competências do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Martins, através do Despacho n.º 107/PRES/2015, de 27 de outubro,

Edgar S. Valles



DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA

HABITAÇÃO

Decisões com eficácia externa tomadas pela Vereadora Ana Isabel Cosme Gomes, ao abrigo do disposto no Despacho de Delegação e Subdelegação de Competências do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, n.º 111/PRES/2015, de 27 de outubro de 2015, no âmbito da Divisão de Habitação, referentes ao mês de dezembro de 2016, nos termos da informação n.º Interno/2017/009, 2016.12.30:

Divisão de Habitação

EDOC/2014/62687

Interno/2016/12002 de 2016/12/05

Assunto: Relatório Final: Tomada de Decisão Final: Cessação do contrato de arrendamento relativo ao Locado sito na Rua Elysio Moura, 2, 3º Direito, Arroja em Odivelas

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado e proposto. Segue edital assinado (4). À Divisão de Habitação, para a tramitação legal subsequente.”

Data da decisão: 2016/12/13

EDOC/2015/4068

Interno/2016/10499 de 2016/10/24

Assunto: Atualização de renda – Nome: Hugo Filipe Ribeiro – Morada: Praceta 25 de Agosto, n.º 1 – 1º Esq. - Famões

Decisão da Sra. Vereadora: Oficie-se nos termos propostos e comunique-se ao DJGFP/DFA. Considerando os antecedentes mencionados promova-se um acompanhamento regular do cumprimento do Plano de Regularização aprovado, bem como o esclarecimento do agregado familiar sobre as implicações legais de novo incumprimento. Proceda-se à exclusão do agregado familiar de Alfredo Lopes Pereira e promova-se a regularização contratual, proposta, com Hugo Filipe Ribeiro e Fábio Alexandre Lopes. À Divisão de Habitação, para tramitação subsequente.

Data da decisão: 2016/12/02

EDOC/2015/4465

Interno/2016/11121 de 2016/11/10

Assunto: Atualização de renda – Nome: Rosa Odete Mata Lima - Bairro Olival do Pancas - Lote 58 – 1º C – Pontinha

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado e proposto. Oficie-se nos termos propostos e comunique-se ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/12/20

EDOC/2015/37237

Interno/2016/12033 de 2016/12/06

Assunto: Requerimento sobre Intenção de Compra de Habitação – Avenida Professor Dr. Augusto Abreu Lopes, 44, R/C Esq. – Gulbenkian, Odivelas – Maria Augusta Carvalho Santos – Elaboração de resposta à requerente (EDOC/2015/37237 e EDOC/2016/50064)

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. Envie-se o ofício dando conhecimento do indeferimento do pedido de aquisição. O

ofício deve, também, referir que a recusa de assinatura do contrato de arrendamento apoiado constitui fundamento da resolução do contrato vigente. Solicita-se o melhor acompanhamento para esta situação, verificando o pagamento regular da renda e a residência efectiva no fogo do agregado familiar.”

Data da decisão: 2016/12/22

EDOC/2016/55966

Interno/2016/11375 de 2016/11/16

Assunto: Pedido de Informações sobre compra de habitação – Rua Helena Aragão, 2, R/C Esq. – Horácio Mendonça dos Santos

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o informado e proposto. Envie-se ofício com a pretensão de indeferimento à compra de habitação. À Divisão de Habitação, para tramitação subsequente.”

Data da decisão: 2016/12/22

EDOC/2016/56363

Interno/2016/34823 de 2016/11/16

Assunto: Notificação pessoal da cessação do contrato de arrendamento por renúncia, referente ao locado sito na Rua José Régio, n. 11 – 3º Esq., em Odivelas

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado e proposto.

Ao Sr. Presidente da CMO, com proposta de aprovação da extinção da dívida ao ex-arrendatário Albino de Jesus dos Reis Abreu, no valor de 832,92 €, com base na fundamentação exposta nas etapas 4,7 e 10.”

Data da decisão: 2016/12/22

EDOC/2016/60347

Interno/2016/11280 de 2016/11/15

Assunto: Denúncia do Arrendamento Prohabita – Acordo 328 (I Fase) – Praceta Florbela Espanca, 2, 1º Dtº, com Paulo Jorge Silva e Maria Luísa Silva

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. À consideração do Sr. Presidente da CMO com proposta de assinatura dos ofícios anexos, destinados a envio ao IHRU, e senhorios, para efeitos de informação sobre a exclusão do PROHABITA do agregado familiar de Ermelinda de Fátima Gomes Ferreira, com efeitos na cessação do contrato de arrendamento a 31 de Março de 2017. A presente diligência decorre do trabalho de avaliação, em curso, do programa PROHABITA e, consequentemente traduz a diminuição de um encargo anual para a CMO de 5 804,16 €.”

Data da decisão: 2016/12/08

EDOC/2016/61789

Interno/2016/11818 de 2016/11/29

Assunto: Pedido de Informações sobre Compra de Habitação – Avenida Professora Augusto Abreu Lopes 56, 1º Esq. – Gulbenkian – Susana Cátia Fernandes Duarte (Filha da titular Maria Caridade Brito Fernandes)

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o informado e não havendo impedimento legal que impeça a venda, oficie-se a inquilina relativamente às condições de alienação, nos termos propostos.”

Data da decisão: 2016/12/19



Sector de Promoção, Construção e Reabilitação de Habitação (SPCRH)

Proc. n.º 12.03/50-2016

EDOC/2016/45362

Interno/2016/11061 de 2016/11/08

Assunto: Vistoria técnica – Rua Carlos Reis, n.º 4, 1º e 2º - Esq.º
- Bº Calouste Gulbenkian - Odivelas

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. À consideração do Sr. Presidente da CMO com proposta de: a) Autorização de abertura de procedimento para a realização de empreitada de reparação por ajuste direto; b) Cabimento e compromisso do valor de € 1.279,39 + IVA (total de € 1.356,15); c) Aprovação do caderno de encargos; d) Adjudicação da empreitada e assinatura do ofício a enviar ao adjudicatário, considerando a urgência na realização das reparações que constam do caderno de encargos, que visam colmatar situação de entupimento de águas residuais, com consequências nas condições de habitabilidade e de salubridade do fogo municipal.”

Data da decisão: 2016/12/08



ANEXO

REGULAMENTO INTERNO PARA ATRIBUIÇÃO E UTILIZAÇÃO DE TELEMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS



**REGULAMENTO INTERNO PARA ATRIBUIÇÃO E UTILIZAÇÃO DE
TELEMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE ODÍVELAS**



Regulamento Interno para Atribuição e Utilização de Telemóveis do Município de Odivelas

(Minuta)

Preâmbulo

Considerando que:

- a) A utilização de telemóveis pelos responsáveis e serviços da Câmara Municipal de Odivelas (CMO) se tornou um meio que facilita a organização e execução do trabalho autárquico, bem como a coordenação da sua execução;
- b) A atribuição e utilização de telemóveis para uso oficial deve ser regulamentada;
- c) Por razões de transparência administrativa e de necessidade de estabelecer um conjunto de princípios que devem nortear os utilizadores dos telemóveis e as obrigações a que ficarão adstritos;
- d) São necessários mecanismos que direcionem para uma redução de custos.

Em cumprimento do disposto na alínea k) n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, Anexo à Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, foi aprovado na X.ª reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia X de XXXX de 2016, o presente Regulamento Interno para Atribuição e Utilização de Telemóveis do Município de Odivelas, nos seguintes termos:

Artigo 1.º

Objeto

O presente regulamento tem como finalidade a definição de regras relativas à atribuição e utilização de Telemóveis.

Artigo 2.º

Âmbito de Aplicação

Este regulamento aplica-se aos trabalhadores para os quais superiormente se entenda como indispensável a utilização de comunicações móveis no exercício das suas funções.



Artigo 3.º

Atribuição de Telemóveis

1. A CMO disponibiliza equipamento e cartão móvel ao Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal e aos Vereadores em regime de permanência.
2. A atribuição de telemóvel e cartão para uso oficial será precedida de despacho superior nos seguintes casos:
 - a) Membros do Gabinete de Apoio Pessoal do Presidente e Vereadores;
 - b) Trabalhadores que exerçam funções de chefia ou coordenação;
 - c) Outros trabalhadores, que pela natureza das funções desempenhadas, necessitem de dispor de um meio permanente de contato;
 - d) Outros elementos exteriores ao Município, cuja natureza das suas funções, importância ou relevância da atividade desenvolvida, possam justificar a atribuição;
 - e) Exercício de atividades diversas de caráter excecional plenamente justificadas.
3. A atribuição do equipamento é efetuada a título precário, não conferindo quaisquer direitos de propriedade ao utilizador, podendo a CMO determinar, a qualquer momento, a sua devolução ou optar por não o substituir em caso de avaria ou perda.

Artigo 4.º

Condições de Atribuição do Telemóvel

1. O cartão móvel poderá ser atribuído numa das seguintes modalidades:
 - a) “**OffNet**” - cartão com plafond trimestral definido para chamadas externas aos números da Rede Privada Virtual (VPN) da CMO, suportando a CMO os valores de mensalidade do cartão, das comunicações para os números da VPN da CMO e do plafond atribuído, nos termos do anexo I ao presente Regulamento.



- b) **“OnNet”** - cartão que permite apenas comunicações para números da VPN, sendo os custos das comunicações e mensalidade do cartão, suportados pela CMO.
- c) **“Faturação repartida”** – cartão em que a CMO suporta o valor da mensalidade do cartão e comunicações para números da VPN e o utilizador suporta o valor das restantes comunicações.

Artigo 5.º

Procedimentos de Atribuição

1. Para os Telemóveis atribuídos na modalidade **“OffNet”**:

- a) A atribuição de telemóveis só poderá ser efetuada mediante despacho do Presidente da CMO e com o plafond fixado nos termos do Anexo I ao presente Regulamento.
- b) Considerando a especificidade das funções desempenhadas pelos Membros do Executivo e suas equipas, Diretores de Departamento e equiparados, Chefes de Divisão e equiparados, nomeadamente a necessidade de acesso permanente ao sistema informático da CMO, será atribuído um pacote de dados de acesso à Internet mensal, de 2GB.
- c) O serviço responsável pelas comunicações móveis disponibilizará mensalmente aos utilizadores em situação **“OffNet”** os custos mensais tidos com o cartão.
- d) Caso seja ultrapassado pelo utilizador o valor definido de plafond trimestral e não se enquadre em qualquer situação de exceção justificada e posteriormente autorizada pelo Presidente da CMO, o valor excedido será suportado pelo utilizador, através de desconto direto no vencimento, no final de cada trimestre.

2. Para os Telemóveis atribuídos nas modalidades **“OnNet”** e **“Faturação Repartida”**:

- a) Cabe ao membro do Executivo Municipal, com competência delegada na área das comunicações, autorizar a sua atribuição.
- b) As chamadas efetuadas a partir dos telemóveis **“OnNet”** estarão limitadas à rede VPN, não sendo, no entanto, a receção de chamadas nestes equipamentos, objeto de qualquer restrição.



c) O utilizador destas modalidades não deve utilizar o equipamento com outro cartão diferente do atribuído pela CMO.

d) Os utilizadores em situação de “**Faturação Repartida**”, rececionam mensalmente, na morada indicada à operadora, os custos das comunicações efetuadas para números externos à VPN, não se responsabilizando a CMO pelo pagamento de quaisquer valores que lhes sejam imputados.

3. O tarifário das comunicações é efetuado nos termos fixados no Anexo II do presente regulamento, podendo ser alterado pela operadora, desde que comunicado com um mês de antecedência.

4. Termo de aceitação:

a) Todos os utilizadores têm que assinar um termo de aceitação sempre que lhes seja atribuído ou efetuada troca de um equipamento.

b) O termo de aceitação é feito nos termos do anexo III ao presente regulamento.

Artigo 6.º

Comunicações efetuadas em roaming

1. Não se incluem nos montantes definidos no anexo I as despesas com comunicações em roaming.
2. A utilização das comunicações móveis em roaming, na situação OffNet, carecem de despacho de autorização superior.
3. A justificação de valores faturados deverá ser efetuada pelo utilizador aquando da confirmação da fatura.

Artigo 7.º

Responsabilidade do Utilizador

1. O utilizador deverá zelar e utilizar de forma correta e adequada o equipamento sendo que, durante o período de utilização, quaisquer trocas ou reposições de equipamentos por causa não devidamente justificada poderá implicar o



ressarcimento junto da CMO dos montantes a suportar inerentes à sua substituição.

2. A CMO não se responsabiliza pela informação guardada pelo utilizador no equipamento atribuído.

Artigo 8.º

Responsabilidades da CMO

A CMO, através do serviço responsável pelas comunicações móveis, procederá de acordo com as seguintes obrigações:

- a) Efetuar todos os contatos entre utilizador e a operadora fornecedora do serviço móvel;
- b) Detetar e comunicar superiormente todas as situações que considere de utilização abusiva ou indevida;
- c) Gerir e atribuir os equipamentos mantendo a sua afetação atualizada;
- d) Atualizar e informar os utilizadores do tarifário em vigor Anexo II, bem como das suas eventuais alterações;
- e) A recolha e arquivo da declaração referida no Anexo III;
- f) Efetuar a troca do equipamento, por um igual ou equivalente, num período nunca inferior a 2 anos;
- g) Propor alterações ao presente regulamento, sempre que se justifique.

Artigo 9.º

Disposições Finais e Transitórias

1. Nas situações em que, por força da aplicação deste regulamento ou cessação de funções na CMO, finde a atribuição do equipamento fornecido, pode o trabalhador, caso seja do seu interesse, solicitar através do serviço responsável pelas comunicações móveis, a cedência do número de telemóvel que lhe foi atribuído para a sua titularidade pessoal.



2. O utilizador pode, caso assim o entenda, ficar com o equipamento que lhe estava afeto nos moldes abaixo identificados:

Tempo de utilização:	Valor a pagar:
Até 1 ano	50% do valor inicial do equipamento
Entre 1 e 2 anos	25% do valor inicial do equipamento
Mais que 2 anos	Valor residual definido pelo operador

3. O presente regulamento será publicado no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões, divulgado na Intranet e no sítio da Internet da CMO, entrando em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.



Anexo I

Plafonds

1. Tabela com valor dos Plafonds trimestrais atribuídos.

Categorias	Plafond Trimestral
Eleitos	225 €
Chefe de Gabinete Presidência e Coordenador(a) GCMA	175 €
Adjuntos dos Eleitos	135 €
Secretários dos Eleitos	115 €
Motoristas dos Eleitos	55 €
Diretores de Departamento e Equiparados	120 €
Chefes de Divisão e Equiparados	90 €
Técnicos, Técnicos de Proteção Civil e Fiscais	40 €
Técnicos Projeto SEI!	60 €
Encarregados	35 €
Motoristas	35 €
Em casos excepcionais, por despacho superior, poderão ser atribuídos outros valores, desde que justificados	A definir



Anexo II

Tarifário

Comunicações	Preço por minuto
Chamadas Nacionais de Voz	
Origem VPN Rede Móvel – Terminação VPN Rede Móvel	0€
Origem VPN Rede Móvel – Terminação VPN Rede Fixa (utilizando o nº 96 5910 (nº ext))	0€
Origem VPN Rede Móvel – Terminação Rede Fixa e Móvel Meo	0.029€
Origem VPN Rede Móvel – Terminação Outras Redes Móveis Nacionais	0.058€
Origem VPN Rede Móvel – Terminação Outras Redes Fixas Nacionais	0.058€
Chamadas Internacionais de Voz – Origem Rede Móvel Terminação Redes Internacionais	
EUA; Canadá; Redes Fixas da EU, Suíça, Andorra e Noruega	0.10€
Resto da Europa; Redes Móveis da EU, Suíça, Andorra e Noruega	0.28€
Argélia, Marrocos, Tunísia, PALOP, Venezuela, Africa do Sul, Austrália, Brasil e Macau	0.30€
Resto do Mundo	0.90€
Comunicações em Roaming por zona	
Zona 1	
União Europeia (inclui Caraíbas Francesas, Reunião e Gibraltar), Noruega, Islândia e Liechtenstein	
Chamadas efetuadas	0.24€
Chamadas recebidas	0.07€
Zona 2	
Africa do sul, Albânia, Andorra, Angola, Argentina, Bósnia Herzegovina, Brasil, Gronelândia, Cabo Verde, Canadá, EUA, Ilhas Faroé, Guernsey, Man e Jersey, Marrocos,	



México, Moldávia, moçambique, Rep. Dominicana, Suíça, San Marino, Timor e Turquia	
Chamadas efetuadas	1.50€
Chamadas recebidas	0.60€
Zona 3	
Comunicações em aviões e Resto do Mundo (exceto países da Zona 4)	
Chamadas efetuadas	2.40€
Chamadas recebidas	1.42€
Zona 4	
Redes Satélite, Navios De Cruzeiro E Ferry Boats, Anguilla, Arabia Saudita, Arménia, Austrália, Bahamas, Bahrain, Belize, Benin, Camboja, Cazaquistão, Chade, Cuba, Emirados Árabes Unidos, Equador, Gabão, Geórgia, Guatemala, Honduras, Ilhas Maldivas, Iraque, Jordânia, Laos, Malásia, Maldivas, Mauritânia, Mongólia, Níger, Palau, Qatar, Quénia, Quirguistão, Sri Lanka, Tajiquistão, Tanzânia, Trinidad E Tobago, Tunísia, Turquemenistão, Uzbequistão, Zâmbia, Zimbabwe E Omã	
Chamadas efetuadas	3.90€
Chamadas recebidas	2.20€
SMS	Preço por SMS
Origem VPN Rede Móvel – Terminação VPN Rede Móvel	0€
Origem VPN Rede Móvel – Terminação Rede Fixa e Móvel Meo	0.029€
Origem VPN Rede Móvel – Terminação Outras Redes Móveis Nacionais	0.058€
Origem VPN Rede Móvel – Terminação Outras Redes Fixas Nacionais	0.058€
SMS – Origem Rede Móvel Terminação Redes Internacionais	
EUA; Canadá; Redes Fixas da EU, Suíça, Andorra e Noruega	0.10€
Resto da Europa; Redes Móveis da EU, Suíça, Andorra e Noruega	0.28€
Argélia, Marrocos, Tunísia, PALOP, Venezuela, Africa do Sul, Austrália, Brasil e Macau	0.30€
Resto do Mundo	0.90€



SMS enviados no estrangeiro - Roaming por zona	
Zona 1 União Europeia (inclui Caraíbas Francesas, Reunião e Gibraltar), Noruega, Islândia e Liechtenstein	0.08€
Zona 2 África do sul, Albânia, Andorra, Angola, Argentina, Bósnia Herzegovina, Brasil, Grónelândia, Cabo Verde, Canadá, EUA, Ilhas Faroé, Guernsey, Man e Jersey, Marrocos, México, Moldávia, moçambique, Rep. Dominicana, Suíça, San Marino, Timor e Turquia	0.40€
Zona 3 Comunicações em aviões e Resto do Mundo (exceto países da Zona 4)	0.40€
Zona 4 Redes Satélite, Navios De Cruzeiro E Ferry Boats, Anguilla, Arabia Saudita, Arménia, Austrália, Bahamas, Bahrain, Belize, Benin, Camboja, Cazaquistão, Chade, Cuba, Emirados Árabes Unidos, Equador, Gabão, Geórgia, Guatemala, Honduras, Ilhas Maldivas, Iraque, Jordânia, Laos, Malásia, Maldivas, Mauritânia, Mongólia, Níger, Palau, Qatar, Quênia, Quirguistão, Sri Lanka, Tajiquistão, Tanzânia, Trinidad E Tobago, Tunísia, Turquemenistão, Uzbequistão, Zâmbia, Zimbabwe E Omã	0.75€
MMS	Preço por MMS
MEO + PT	0.20€
Vodafone + NOS	0.20€
Outras Redes/ Internacional	0.40€
Roaming de dados	
União Europeia (inclui Caraíbas Francesas, Reunião e Gibraltar), Noruega, Islândia e Liechtenstein e Suíça	0.27€
África do sul, Argentina, Botswana, Brasil, Cabo Verde, China, Croácia, Egito, EUA, Indonésia, Marrocos, México, Moçambique, Namíbia, São Tomé e Príncipe, Timor, Turquia e Venezuela	3.00€
Resto do Mundo	6.00€



Andorra, Angola, Arabia Saudita, Austrália, Bahrain, Bielorrússia, Bósnia, Coreia do Sul, Hong Kong, India, Israel, Jamaica, Japão, Jordânia, Líbano, Palestina, Panamá, Porto Rico, Qatar, Seychelles, Ucrânia e Navios De Cruzeiro E Ferry Boats	10.50€
Internet no Telemóvel	
It Super Plus – 2GB	6€

(Valores sem IVA incluído)



Anexo III

Termo de Aceitação

Nome:

Unidade Orgânica:

Função:

Nº Cartão:

Marca e Modelo de Equipamento:

IMEI:

Modalidade: ☐ On Net ☐ Faturação Repartida ☐ Off Net

Confirmo a leitura do regulamento interno para atribuição e utilização de telemóveis do Município de Odivelas e aceito as regras constantes no mesmo.

Data ____ / ____ / ____

Assinatura (conforme CC): _____